



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no
Painel de Direitos Humanos do XI Congresso da União Estadual dos
Estudantes**

Tema:

Como estancar a escalada do pensamento conservador no país?

(15/06/13, das 14h às 16h, em Ibiúna/SP)

Boa tarde a todas e todos,

É uma grande satisfação participar do XI Congresso da União Estadual dos Estudantes na histórica cidade de Ibiúna, palco de mais uma de tantas atrocidades da repressão durante o regime militar. Mas também um local que se tornou símbolo da luta histórica de resistência dos estudantes paulistas em defesa dos ideais democráticos e que hoje, neste Congresso, promove uma análise em retrospectiva dos avanços na garantia de direitos e de oportunidades para os estudantes de São Paulo desde aquele período.

É dessa garra, desse entusiasmo militante e do papel crucial do movimento estudantil – e não das tentativas de subjugar-lo – que quero falar hoje, ao discutir a atual conjuntura dos direitos humanos no país. Não podemos deixar a memória das graves violações – que, infelizmente, não aconteceram apenas aqui – ofuscar o valor e o mérito dos movimentos sociais, que resistiram bravamente durante a ditadura e que hoje são responsáveis pelos avanços na consolidação desta democracia ainda em construção.

É preciso, sim, indignar-se, resgatar a memória e buscar a verdade diante de tanta barbárie, para que não siga impune e para que não se repita. E não nos darmos por satisfeitos enquanto não houver o reconhecimento pelos erros cometidos e a reparação para as vítimas do Estado e seus familiares.

Mas não sem reconhecer e sem celebrar os avanços históricos alcançados no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos. E, tampouco, sem uma visão crítica sobre o quanto ainda precisamos avançar. Esse reconhecimento revigora nossas forças e nossa convicção no poder transformador da participação social. Mais que isso, nos dá força para ir além e pensar novas formas de resistência e de ativismo social para dar conta dos desafios atuais. Uma resistência ampliada, revisitada, que se constrói por meio do diálogo, da multiplicação e qualificação dos espaços de participação e do fortalecimento das instituições democráticas.

O título deste painel incita a reflexão sobre esse aparente retrocesso conservador que parecemos estar vivenciando, tal como tem sido referenciado nas redes sociais e pelas novas mídias. Mas antes de tomá-lo como dado, quero convidá-los a refletir sobre a veracidade/validade desse chamado retrocesso. Até que ponto as manifestações conservadoras e fundamentalistas recentemente observadas representam de fato um retrocesso ou devem ser consideradas uma ameaça premente aos direitos humanos no país? Estaríamos mesmo andando para trás ou será que não é justamente por causa dos avanços conquistados na legislação e demais instrumentos normativos desde a Constituinte de 1988 que hoje sabemos e podemos dizer que não cabem intolerância nem extremismos nesse Brasil que queremos construir?

Talvez a intensificação dessas reações violentas possa ser considerada precisamente como um indicador de que finalmente começamos a mudar a *cultura de violações*, que naturalizava a discriminação e a violência, em favor de uma *cultura de direitos*, na qual as pessoas têm espaço para manifestar sua indignação e participar das decisões políticas que impactam suas vidas.

Quero acreditar que as manifestações preconceituosas e a intensificação do conservadorismo sejam, na verdade, o grito de misericórdia, o clamor desesperado de uma classe que não quer abrir mão do poder e não quer dividir espaços com as novas vozes de pessoas que nunca antes tiveram acesso pleno aos serviços públicos e que hoje podem manifestar sua insatisfação e lutar por melhores condições de vida. E que não quer dividir espaço e disputar valores com esse mosaico de cores e de culturas que passaram a ressoar de todos os cantos e que só se fizeram ouvir graças a anos de políticas redistributivas e afirmativas.

Não podemos focar exclusivamente na parte vazia do copo e deixar de reconhecer que cada manifestação absurda de racismo e xenofobia, cada disparate proferido pelos Bolsonaros e Felicianos da vida, tem desencadeado uma reação imediata dos movimentos e da sociedade civil organizada. E isso é muito positivo. Revela a maturidade política alcançada e aponta que os cidadãos e cidadãs têm efetivamente se percebido como sujeitos de direitos, na prática. Tais reações indignadas, coletivas ou individuais, presenciais ou virtuais, sinalizam que os brasileiros querem mostrar ao mundo que não vão abrir mão das conquistas dessas últimas décadas, que não permitirão novos retrocessos. A cada golpe ou ameaça de boicote à democracia e à valorização da diversidade, reacende-se a centelha da participação para deixar claro que posturas extremistas e fundamentalistas não têm mais lugar no Brasil que queremos construir.

Esses sinais dão mostras de que os referenciais do que é ou não justo ou aceitável estão mudando, que os interesses coletivos começam a ter lugar mais que as disputas individuais. Hoje conseguimos perceber melhor as violações e dispomos de foros mais qualificados para nos organizarmos, para nos posicionarmos e para combatê-las. Isso é uma vitória a ser reconhecida e celebrada.

Obviamente, o passivo histórico de desigualdades no Brasil é enorme e impõe a necessidade de avançar ainda mais e mais rápido. O passado não tão distante, marcado por regimes autoritários e violações das liberdades, deixou profundas sequelas no país, que ainda tentamos remediar. Foram séculos marcados por uma

visão puramente extrativista, em que matérias-primas eram exploradas ao esgotamento e as populações locais dizimadas em um genocídio sem julgamentos. Até há pouco mais de um século, vivíamos num regime de produção essencialmente escravagista, com imensuráveis impactos na estrutura social e na distribuição de riquezas. Passamos por duas ditaduras que anularam brutalmente os direitos civis e políticos, em que pairava uma nuvem de silêncio e de repressão que sombreou mais de vinte anos da nossa história.

Enfim, séculos de impunidade, de produção e reprodução de uma cultura de violações, onde a violência era naturalizada, banalizada e potencializada diante da falta de justiça e de punições que pudessem dar um basta nesse ciclo de violações, que sinalizassem que não aceitamos viver sem liberdade, justiça e dignidade.

O governo Lula conseguiu romper com esse ciclo justamente porque começou a contar histórias incontadas, a reconstruir e valorizar histórias de vida, a buscar a verdade e garantir reparação. Foram inúmeros os avanços conquistados desde que a esquerda assumiu a gestão pelas mãos desse grande mestre. Programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, ou o aumento do salário mínimo, tornaram-se referência internacional e retiraram aproximadamente 40 milhões de pessoas da pobreza, contribuindo sensivelmente para reduzir as desigualdades sociais.

Além das melhorias sociais e econômicas, na última década o Brasil avançou muito na consolidação democrática, fortalecendo as instituições de representação social existentes e ampliando espaços públicos e canais de participação. Ou seja, o Brasil não apenas cresceu e distribuiu renda, mas também procurou agregar a seu padrão de desenvolvimento requisitos fundamentais para o crescimento com qualidade e justiça social: a ampliação dos direitos de cidadania, a consolidação da democracia, a geração de trabalho e renda e oportunidades de ascensão social com equidade.

Nosso desafio, neste momento, é procurar compreender como as subjetividades elaboram, simbolizam e interiorizam essas mudanças objetivas e, dessa forma, como garantir as condições para que o Brasil continue no caminho da construção de uma sociedade justa, equilibrada e fraterna, impulsionada pela organização e participação popular, pela disseminação dos valores democráticos e solidários, pela cultura de paz e de valorização das diferenças.

A minha experiência de vida na política, no movimento social e nos dez anos governo federal, me permitem afirmar que a construção de um mundo viável para todos deve ter como base o diálogo e a participação social. Não existe eficácia em políticas públicas e desenvolvimento social sem participação social, que garante a identidade com a comunidade, a valorização dos saberes locais, as iniciativas sociais, a solidariedade, a esperança e o envolvimento ativo de todos.

A participação social é um direito e um instrumento essencial para o aprofundamento democrático em nosso país. Ela cria condições para que os movimentos sociais, as universidades e o conjunto da sociedade civil organizada, com a vasta experiência acumulada, possam contribuir em todas as etapas de construção política. Este processo de pactuação mútua e de responsabilidades compartilhadas possibilita a qualificação das políticas e faz com que seus resultados cheguem à ponta com maior coesão, coerência e, conseqüentemente, com maior efetividade.

E para isso não basta toda uma gama de propostas, de vontade política e de boas intenções – isso ainda será pouco se não criarmos um grande movimento e uma forte mobilização para disputar os valores humanos. Sem a participação social qualificada, crítica, engajada, continuaremos avançando a passos lentos.

Contamos com todos vocês, jovens estudantes, formadores de opinião, multiplicadores, para impulsionar, formular e construir juntos esse percurso, passo a passo. Temos aqui uma juventude criativa, conectada, batalhadora, diversa, que

supera desafios todos os dias para estudar, trabalhar e ter lazer e que não pode viver com medo de sair às ruas, sentir-se diariamente ameaçada.

Sem dúvida, é preciso garantir os direitos da juventude e empoderar os jovens para sua atuação como sujeitos políticos e sociais, na construção de suas trajetórias de vida e do fortalecimento da própria comunidade. Vocês têm um papel muito importante para continuar avançando na mudança de cultura de que precisamos para que os direitos humanos passem a ser realidade no país, para construir o Brasil que queremos.